

O PAPEL DA GOVERNANÇA NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE ESTRATÉGIAS DE GESTÃO TERRITORIAL PARA A CONSERVAÇÃO

Mariella Uzêda¹ & Thiago Belote²

O Estado do Rio de Janeiro, alvo desse estudo, possui aproximadamente 17% de sua área coberta por remanescentes florestais, percentual significativamente maior que a média da mata atlântica. Parte desses fragmentos encontra-se parcial ou integralmente inseridos em Unidades de Conservação (UC), federais, estaduais, municipais e particulares. Em função dos diferentes níveis de implementação proporciona estágios distintos de proteção.

Segundo HAESBAERT (2004) as principais vertentes do conhecimento utilizadas para a construção de territórios reconhecem: (i) relações espaço-poder que ocorrem dentro/entre os municípios, (ii) formas com que espaços e recursos naturais são apropriados pelos atores locais, (iii) território como fonte de recursos alimentadora da economia local e regional, (iv) formas com que as populações e comunidades locais se relacionam com a natureza.

Nobre (2002) ressalta que para o estabelecimento das relações espaço-poder são vários os acordos que devem ocorrer dentro da construção do conceito de Desenvolvimento Sustentável, que vão além de um grande acordo desenvolvimentista e ambientalista, passando pelo acordo entre a tecnocracia e militância, o que precisamente resulta na tolerância mútua e articulação verdadeira entre as visões técnico-operacionais e normativa.

Essa teia de acordos políticos, feitos em torno do Desenvolvimento Sustentável, que resulta em um processo de gestão territorial de base local sólida, indica que sua conceituação deverá ser convencionaada entre seu significado eminentemente técnico e as questões políticas colocadas no debate. Para tanto, é de fundamental importância a efetiva participação da sociedade civil nos processos decisórios.

Este trabalho tem como objetivo avaliar o relação entre a existência de UC municipais no Estado do Rio de Janeiro e seu grau de implementação com as concretas

¹ Instituto BioAtlântica - mariella@bioatlantica.org.br. Rua Goethe 54. 2281-020. Rio de Janeiro, RJ.

² Instituto BioAtlântica

possibilidades de participação da sociedade civil no processo de gestão territorial, o que chamamos aqui de governança.

O estado do Rio de Janeiro contabiliza aproximadamente 150 Unidades de Conservação, geridas pelos municípios do Estado, num total de 161.000 hectares protegidos, que constituem, de maneira geral, um quadro de implementação imensamente inferior as estaduais e federais existentes no Estado (Tabela 1, ANEXO).

O desenvolvimento de articulações voltadas à gestão ambiental está intimamente interligado à capacidade organizacional e de mobilização dos seus diversos atores-chave na organização do território. Esta capacidade, portanto, interfere de maneira direta na criação de UC e nos diferentes graus de implementação das mesmas. Desta forma, ao analisarmos o nível de Governança dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, estamos buscando analisar a participação da sociedade civil na gestão ambiental dos municípios, atores-chave na consolidação de Mosaicos e Corredores Ecológicos.

Para esta análise, as primeiras informações referentes a Governança dos municípios fluminenses foram adquiridas através da MUNIC (Perfil dos Municípios Brasileiros) de 2002 e 2004, pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na qual foram coletadas e sistematizadas num banco de dados as seguintes informações sobre as secretarias municipais de meio ambiente: (i) Pessoal ocupado na área de meio ambiente, (ii) Existência de Agenda 21 com participação da sociedade civil, (iii) Existência de Plano Diretor abordando as questões ambientais, (iv) Conselho Municipal de Meio Ambiente e grau de representação da sociedade civil e, (v) Participação em Comitês de Bacia Hidrográfica ou Consórcios Intermunicipais.

A medida que os dados de Governança foram atualizados (Tabela 01, ANEXO) e estabelecendo uma análise conjunta com as Unidades de Conservação (federais, estaduais e municipais), podemos perceber a alta fragilidade dessas áreas protegidas e a escassa existência de espaços de participação da sociedade civil, tanto na gestão das Unidades de Conservação quanto nos fóruns de discussão no Estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HAESBAERT, R.. O mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialização. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2004.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho (Org.). Desenvolvimento Sustentável: A institucionalização de um conceito. 2 ed. Brasília: Ed. IBAMA, 2002. 368 p

IBGE. Perfil dos Municípios Brasileiros - Meio Ambiente - 2002. Base de dados disponível em http://www.mma.gov.br/publicacao_05_2005/index_1024x768.html. Acesso em 27/10/2005.

Financiamento: CEPF/ Critical Ecosystems Partnership Fund

ANEXO

TABELA 1. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS E GOVERNANÇA

Município	Agenda 21		Planejamento local e regional	Conselho Municipal Meio Ambiente				Número de UCs Municipais	Possuem Atos Legais	Plano de Manejo
	Estágio de implementação	Particip. Soc.Civil		Participação consórcios intermunicipais	Possui Conselho	Reunião últimos 12 meses	Freq. reuniões			
Araruama	Não	Não	sim	Lei	-	-	-	1	Sim	Não
Armação dos Búzios	Não	Não	Sim	Não	-	-	-	4	Sim	Apenas 01
Arraial do Cabo	Em desenvolvimento	Não	Sim	Sim	sim	Trimestrais	50%	16	Sim	Não
Barra do Pirai	Não	Não	Sim	Sim			<50%	1	Sim	Não
Barra Mansa	Lei	Sim	Sim	Sim	sim	mensal	50%	1	Sim	Não
Belford Roxo	Não	Não	Sim	Sim	Não	-	Não	1	Não	Não
Cabo Frio	Em desenvolvimento	Sim	Sim	Sim	Sim	mensal	50%	7	Sim	Não
Campos dos Goytacazes	Não	Não	Sim	Sim	Sim	mensal	50%	3	Sim	Não
Cantagalo	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Bimensal	50%	1	Sim	Não
Conceição de Macabu	Não	Não	Sim	Lei	Não	Não	Não	4	Sim	Não
Duque de Caxias	Sim	Sim	Sim	Sim	sim	mensal	50%	3	Sim	Não
Guapimirim	Lei	Sim	Sim	Sim	Não	-	50%	1	Sim	Não
Iguaba Grande	Em desenvolvimento	Sim	Sim	Sim	sim	Bimensal	50%	6	Sim	Não
Itaboraí	Lei	Sim	Sim	Sim	Sim	mensal	50%	2	Sim	01 em Desenvolvimento
Itaiaia	Em desenvolvimento	Não	Sim	Sim	Não	mensal	50%	1	Sim	Sim/ não implantado
Macaé	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	-	< 50%	3	Sim	Apenas 01
Mangaratiba	Não	Não	Não	Sim	Não	mensal	50%	4	Sim	Não
Maricá	Não	Não	Sim	Não	-	-	-	1	Sim	Não
Miguel Pereira	Não	Não	Sim	Sim	sim	mensal	> 50%	1	Sim	Em desenvolvimento
Miracema	Não	Não	Sim	Não	-	-	-	1	Sim	Sim
Niterói	Sim / Ato regulatório inexistente	Não	Sim	Sim	Não	-	50%	12	Sim	Apenas 01
Nova Friburgo	Em desenvolvimento	Sim	Sim	Lei	sim	mensal	> 50%	4	Sim	Não
Nova Iguaçu	Não	Não	Sim	Sim	sim	Bimensal	50%	8	Sim	Apenas 01
Paracambi	Em desenvolvimento	Sim	Sim	Sim	Não	Bimensal	50%	1	Sim	Não
Paty do Alferes	Lei	Sim	Sim	Sim	não	mensal	50%	1	Sim	Em Desenvolvimento
Pirai	Não	Não	Sim	Sim	sim	Bimensal	50%	1	Sim	Não
Queimados	Sim	Sim	Sim	Sim	sim	mensal	50%	2	Sim	Não
Resende	Decreto	Sim	Sim	Sim	Sim	mensal	50%	2	Sim	Não
Rio Bonito	Não	Não	Não	Sim	sim	Mensal	50%	4	Sim	Não
Rio das Ostras	Em desenvolvimento	Não	Sim	Sim	sim	mensal	50%	4	Sim	Sim
Rio de Janeiro	Lei	Sim	Não	Sim	sim	bi/trimestral	50%	90	Sim	Não
São Gonçalo	Em desenvolvimento	Sim	Sim	Sim	Sim	mensal	50%	2	Sim	Não
S.J. do Vale do Rio Preto	Em desenvolvimento	Sim	Não	Sim	Não (Recem Formado)	mensal	50%	5	Sim	Não
São Sebastião do Alto	Não	Não	Não	Não	-	-	-	1	Sim	Não
Três Rios	Lei	Não	Sim	Sim	Não	mensal	> 50%	2	Sim	Não
Valença	Lei	Sim	Sim	Sim	Não	mensal	50%	1	Sim	Em Desenvolvimento
Volta Redonda	Lei	Sim	Sim	Sim	sim	mensal	> 50%	1	Sim	Não

Dados obtidos através do projeto “Estratégias e ações para a conservação da biodiversidade na floresta atlântica do Estado do Rio de Janeiro”, apoio CEPF, e Perfil dos Municípios Brasileiros - Meio Ambiente - 2002.